

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.389 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2001

Senadores cobram solução para crise no campo

Mauro Miranda sugere mutirão para socorrer produtores sem condições de pagar dívidas. Gerson Camata denuncia importação de carne europeia. Moreira Mendes acusa governo de desprezar setor produtivo. Ricardo Santos e Lúdio Coelho defendem apoio à pecuária leiteira.

PÁGINA 3

Senado pede auditoria na construção da Plataforma P-36

PÁGINA 7



Althoff (E), ao lado de Álvaro Dias, faz perguntas a Farah (D)

Althoff suspeita de apropriação indébita na federação paulista

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, anunciou que vai denunciar o presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo Farah, por suspeita de apropriação indébita. Ouvido ontem, o dirigente paulista explicou que os contratos colocados sob suspeita pela CPI não contêm ilegalidades.

PÁGINA 5

Conselho arquiva pedido de processo contra Luiz Otávio

Por 11 votos a quatro, o Conselho de Ética tomou a decisão pelo fato de que Luiz Otávio não era senador na época da possível fraude de que foi acusado.

PÁGINA 2



A senadora Heloísa Helena (em primeiro plano) apresentou ao conselho seu relatório a favor do pedido

Troca de parte da dívida por projetos ambientais gera debate no Plenário

Proposta do ministro Sarney Filho é debatida por Osmar Dias, Amir Lando e Romero Jucá

PÁGINA 8

Arquivado pedido de processo contra Luiz Otávio

Maioria dos integrantes do Conselho de Ética baseou-se no fato de que em 1992, quando teria ocorrido possível fraude envolvendo verbas do BNDES, ele ainda não exercia mandato de senador

Por 11 votos a quatro, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu ontem arquivar o pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Luiz Otávio (PPB-PA). O pedido, feito pela relatora da matéria, senadora Heloísa Helena (PT-AL), apontou a participação do senador no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1992.

A maioria dos integrantes do conselho baseou-se exatamente na data de ocorrência da possível fraude – 1992 – para justificar o arquivamento do caso, já que, nesse ano, Luiz Otávio não era senador. A Constituição, observou o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), prevê que serão passíveis de julgamento pela Casa Legislativa, para fins de cassação, apenas os atos cometidos na vigência do mandato parlamentar.

– Como todos os processos julgados até hoje por esse conselho, esse é mais um que está correndo ao arpejo da Constituição. O con-

selho não vem utilizando critérios constitucionais, mas sim de momento político e emocionais. Os processos anteriores não seguiram as exigências da legalidade jurídica e do Direito – declarou Juvêncio, enfatizando a necessidade de as denúncias contra qualquer senador serem iniciadas na Mesa da Casa e basearem-se em atos praticados durante o mandato.

– Se nós acatarmos esse pedido, estaremos expondo o Senado à execração pública – afirmou o presidente do colegiado, apoiado pelos senadores João Alberto Souza (PMDB-MA), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Geraldo Melo (PSDB-RN), Bello Parga (PFL-MA), Carlos Patrocínio (PTB-TO), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Os senadores que votaram pela aprovação do relatório de Heloísa Helena – Jefferson Péres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e



Conselho de Ética e Decoro Parlamentar rejeitou por 11 votos a quatro pedido de abertura de processo, formulado pela relatora, Heloísa Helena

Roberto Saturnino (PSB-RJ) –, contestaram os argumentos de Juvêncio, refutando a sua afirmação de que aconteceram ilegalidades no julgamento dos outros processos.

– Eu me nego a aceitar esse tipo de afirmação, porque tenho convicção de que os atos praticados por esse órgão foram precedidos de procedimentos investigativos e de acordo com as normas regi-

mentais e constitucionais – disse Saturnino.

Também o senador Jefferson Péres manifestou sua preocupação com as declarações de Juvêncio, observando que os senadores que renunciaram ou tiveram o mandato cassado poderão recorrer ao Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que foram vítimas de “ilegalidades no Conselho de Ética”.

Tebet e Brindeiro discutem pauta de interesse do MP

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. O procurador-geral cumprimentou Tebet por sua eleição para a Presidência da Casa e aproveitou a oportunidade para “trocar algumas idéias com o senador a respeito de temas de interesse do Ministério Público que constam de matérias em apreciação pelo Senado”.

Atualmente, a Casa discute o Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a chamada “Lei da Mordaga” e a proposta de reforma do Judiciário, todos temas que interessam aos integrantes do Ministério Público e já foram motivo de encontro de procuradores e promotores com o presidente do Senado.

INFRAERO

Ramez Tebet também recebeu na manhã de ontem o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone. Ele disse que fez apenas uma visita de cortesia, durante a qual transmitiu a Tebet votos de êxito à frente do Senado e do Congresso.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

ESPECIAL

9h – Ciclo de Debates sobre Reforma Política com a presença dos consultores Eliane Cruzen Maciel e Arlindo Fernandes de Oliveira; da Universidade de Brasília (UnB), a doutoranda em Sociologia da América Latina, Leany Barreiro de Souza, e o professor David Fleischer. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

Fernando Ribeiro, suplente de Jader, assume no Senado



Fernando Ribeiro (E), empossado por Tebet (D) disse que vai exercer o mandato com todas as prerrogativas

O segundo suplente do ex-senador paraense Jader Barbalho, Fernando Ribeiro, tomou posse ontem. Ele assumiu em razão da renúncia, por meio de carta lida em Plenário na quarta-feira, do primeiro suplente, Laércio Barbalho, pai de Jader. Fernando Ribeiro integrará a bancada do PMDB.

– Estou aqui para exercer o mandato com todas as suas prerrogativas e cumprirei as obrigações assumidas com o meu estado – disse o senador.

Sobre as denúncias de que teria participado do desvio de recursos do Banpará, Fernando Ribeiro informou que aguarda as conclusões das investigações da Justiça do Pará.

Fernando Ribeiro, 51, é bacharel em Direito e foi secretário particular do ex-senador. Em 1986, elegeu-se deputado estadual pelo PMDB. Quando Jader ocupou pela segunda vez o governo do Pará, em 1990, Ribeiro passou a atuar em sua assessoria particular.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindofo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mauro pede socorro para produtores rurais

A reivindicação básica dos agropecuaristas brasileiros é que o governo aceite renegociar as dívidas securitizadas com juros anuais de 3% e a retirada da equivalência do produto, segundo o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) sugeriu ontem, da tribuna do Plenário, que todos os parlamentares se unam para formar um mutirão destinado a socorrer os produtores rurais de todo o país que não têm como pagar suas dívidas com os bancos oficiais. Segundo o senador, a Medida Provisória nº 2.196, deste ano, deve ser alterada no Congresso a fim de viabilizar solução para os agricultores inadimplentes.

O agropecuarista brasileiro, segundo Mauro Miranda, nunca falou ao seu compromisso para com o desenvolvimento econômico e

social do país. Foi assim com o Plano Real, quando a inflação se manteve baixa por conta dos baixos preços da cesta básica de alimentos, e tem sido assim agora, quando o setor dá enorme contribuição à redução dos desequilíbrios das contas externas – argumentou.

A próxima safra agrícola brasileira, que ultrapassará a casa dos 100 milhões de toneladas de grãos, deverá contribuir com US\$ 15,2 bilhões



Mauro Miranda: MP nº 2.196 deve ser alterada no Congresso para viabilizar solução

nas exportações do país, ou seja, US\$ 2,5 bilhões a mais do que o previsto para este ano. Do lado

das importações, o setor agrícola está permitindo que o país possa reduzir o valor importado em mais US\$ 5,9 bilhões, o que significa que o superávit da balança comercial agrícola deverá chegar este ano a US\$ 18,5 bilhões.

Entretanto, frisou o senador, como se não bastassem as barreiras comerciais e sanitárias que os países ricos manipulam contra as exportações de produtos primários do Brasil, os agricultores têm de enfrentar a ameaça interna da inadimplência. A reivindicação básica, segundo Mauro Miranda, é a de que o governo aceite re-

negociar as dívidas securitizadas do setor com juros anuais de 3% e a retirada da equivalência em produto.

O senador disse que a simples transferência das dívidas dos agricultores para a União, como consta da MP nº 2.196, vai dificultar ainda mais a vida do agricultor, já que os débitos serão cobrados com taxa Selic (hoje de 19% ao ano) mais um adicional de 1% – coisa que o agricultor, submetido que foi a intensos prejuízos dos últimos planos econômicos, não tem como pagar, segundo Mauro.

Camata denuncia importação de carne europeia

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) denunciou, em aparte a discurso do senador Mauro Miranda, que ficou surpreso ao comprar carne em um supermercado de Vitória. Na embalagem, estava escrito: “Carne originada do Mercado Comum Europeu e embalada no Uruguai”.

– É uma total humilhação para os brasileiros. A carne da vaca louca, descartada na Europa, onde é incinerada, está sendo vendida para os brasileiros via Uruguai. Os brasileiros, que produzem carne com a melhor qualidade sanitária, estão comendo o lixo europeu.



Gerson Camata: “Brasileiros, que produzem carne com a melhor qualidade, comem lixo europeu”

Camata se disse revoltado com os laticínios do Espírito Santo, que reduziram de R\$ 0,27 para R\$ 0,18 o preço do litro de leite pago aos pequenos produtores rurais. Por

conta do baixo preço, o senador prevê que em breve os fazendeiros começarão a vender para abate suas vacas, fazendo com que, em pouco tempo, o Brasil passe a importar leite.

Além da crise do leite, conforme o senador, os produtores de café vivem momentos de aflição. O preço da saca do café conilon caiu em um ano de R\$ 140 para apenas R\$ 42.

– Estamos numa curva perigosa. Quando começarmos a descer essa montanha-russa, teremos um desastre agrícola de grandes proporções.

Ricardo Santos defende apoio à pecuária leiteira

Apoio do governo ao sistema cooperativista e a continuidade dos investimentos em produtividade e qualidade do leite, associados a mecanismos de ampliação da demanda interna, de formação de estoques e de promoção das exportações. Essas são algumas das propostas feitas ontem pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) para tentar reverter as dificuldades que o produtor brasileiro está enfrentando na comercialização do produto.

De acordo com o senador, com o ingresso e domínio de empresas transnacionais na indústria laticinista brasileira e a consequente redução da participação de cooperativas e pequenos laticínios privados regionais, fortaleceu-se a característica oligopolista no mercado de leite e derivados. Esse fato, segundo ele, influenciou decisivamente tanto os preços pagos aos produtores quanto a obtenção de margens de lucro mais vantajosas no processamento e na distribuição.

GRAVIDADE

Na última década, conforme Ricardo Santos, a cadeia produtiva do leite, no Brasil, experimentou profundas transformações em praticamente todos os seus segmentos. Ele destacou que os preços do leite, no Espírito Santo, foram reduzidos de R\$ 0,40 para R\$ 0,28 o litro, o que representa declínio de 30%, em apenas três meses. A situação se agrava porque os preços para o consumidor ficaram praticamente estáveis.



Ricardo Santos: produtores são vítimas do aviltamento dos preços

– Fazemos coro à defesa da pecuária leiteira em âmbito nacional, porquanto os produtores do nosso estado também são vítimas do aviltamento dos preços pagos aos produtores – disse ele.

Ricardo Santos salientou que, embora a estrutura cooperativista da área de laticínios exerça ainda importante papel regulador de preços pagos aos produtores, a política de preços praticada por grupos privados que atuam no mercado regional vem desestimulando muitos produtores.

A produção leiteira nacional gira em torno de 22 bilhões de litros/ano, enquanto a demanda do produto fica um bilhão de litros abaixo desse total. No entanto, Ricardo Santos entende que as mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos tendem a fortalecer posições oligopolistas de empresas transnacionais, o que só poderá ser contido mediante o fortalecimento das cooperativas de laticínios.

Para Moreira, governo só se preocupa com superávit

O governo federal “só se preocupa com a parte financeira, com o superávit primário, pouco se importando com o setor produtivo”, lamentou o senador Moreira Mendes (PFL-RO), também em aparte a discurso de Mauro Miranda.

Os produtores rurais de Rondônia, em sua maioria pequenos proprietários, também vivem situação constrangedora, pois se dedicam quase só à produção



Moreira Mendes adverte que fazendeiros de Rondônia vivem situação constrangedora

de leite e de café, dois produtos com preços “extremamente baixos no momento”, conforme o senador. Ele informou que no seu estado os fazendeiros estão recebendo ainda menos que no Espírito Santo pelo litro de leite – apenas R\$ 0,14.

– Os importadores estrangeiros são exigentes com a nossa carne. No entanto, chega à nossa mesa carne que os próprios europeus rejeitam – acrescentou.

Lúdio Coelho: “Litro de leite não paga um copo de água”

Para mostrar a que ponto chegou a situação dos produtores de leite no Brasil, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) afirmou que um litro de leite não paga na cidade “nem um copo de água em uma embalagem, nem um cafezinho, nem uma passagem de ônibus urbano”.

– A agricultura e a pecuária desencadeiam um processo de grande geração de empregos. Não é só o campo diretamente, mas a produção de fertilizantes, o transporte, o plantio, a colheita e a comercialização.

Lúdio advertiu que, se as dívidas



Lúdio: “Campo desencadeia processo de grande geração de empregos”

dos agricultores forem repassadas ao Tesouro Nacional, os “agricultores vão ter de tratar com repartições públicas e isso não será fácil”.

Lindberg Cury aponta "ação predatória" da McDonald's

Segundo o senador, a rede internacional de lanchonetes está provocando a falência dos franqueados brasileiros. Vinte lojas já foram fechadas, disse

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) denunciou ontem em Plenário um "processo de canibalização" que estaria sendo desenvolvido no Brasil pela rede internacional de lanchonetes McDonald's. O objetivo, disse, seria levar à falência os franqueados brasileiros, para tomar-lhes o mercado com lojas diretamente ligadas à matriz norte-americana. Lindberg afirmou que o governo precisa agir para evitar a "ação predatória que vem sendo praticada por multinacionais que atuam no país".

Segundo Lindberg, os empresários brasileiros que têm contrato de franquia com a rede McDonald's estão "numa guerra de David contra Golias", pois a multinacional estaria exercendo "uma série de arbitrariedades e de desmandos, praticados de forma acintosa e ilegal".

Nos últimos dois meses, relatou o senador, cerca de 20 lojas de franqueados foram fechadas devido ao "processo de canibalização" da McDonald's, que está preparando o fechamento de seus centros de distribuição no Nordeste e Rio de Janeiro até o fim do ano. A falência das lojas deve-se, disse, a cobranças exorbitantes feitas pela empresa aos seus franqueados e à prática de instala-



Lindberg Cury afirma que intenção da matriz é ocupar o mercado conquistado pelos franqueados

lar lojas da própria matriz próximas das franqueadas, tomando-lhes a clientela, "formada após anos de trabalho".

A empresa, disse Lindberg, não permite que o franqueado tenha o seu próprio imóvel ou o alugue para montar a lanchonete. A empresa adquire ou aluga o local, e em seguida subloca-o ao franqueado brasileiro, "por um valor aviltante", que contraria a legislação do país.

O franqueado é obrigado também a arcar com os custos de equipamentos, móveis, utensílios, luminosos e jardinagem. E entrega para a McDonald's 36% do faturamento bruto, ficando com, no máximo, 30% para as despesas

com pessoal, utilidades, manutenção e despesas administrativas, afirmou.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu à Mesa que envie o discurso de Lindberg ao Ministério da Justiça, para que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) tome providências. Também relatou que a situação dos franqueados da McDonald's no Paraná é a mesma descrita por Lindberg. Requião disse que está elaborando projeto de lei para acabar "com toda a sorte de abusos no setor de franquias". Também deram apoio a Lindberg os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Tião Viana (PT-AC) e Emilia Fernandes (PT-RS).



Para Ademir, população já sabe que presidente não entende de economia

Ademir Andrade: comentário de FHC não constrange oposição

Ao criticar a declaração do presidente da República de que a oposição se comporta como "barata tonta", o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que Fernando Henrique Cardoso "não conseguirá levar a oposição a nenhuma situação de constrangimento" com o comentário. Segundo Ademir, "a população já está percebendo claramente que, além de o presidente não entender de economia, ele e sua equipe, nesses quase oito anos de mandato, administraram mal o Brasil" e levaram o país à beira da falência.

— Por não entender nada de economia, o presidente entregou o governo a uma equipe econômica mais voltada a servir aos interesses dos especuladores internacionais e nacionais do que à

população brasileira. Tanto é assim que jamais houve na história um presidente com índices de reprovação tão altos quanto os dele. E essa popularidade baixa não é por antipatia a Fernando Henrique, mas consequência do que as pessoas estão sentindo na própria pele.

Ademir ressaltou que os candidatos da oposição, "por mais que possam se contradizer em alguma declaração", têm condições de realizar um governo melhor do que o atual.

— Enquanto o governo FHC tem um lado de subserviência aos países desenvolvidos, nós da oposição olhamos primeiro para as necessidades de nossa pátria.

Para o senador, a política econômica do atual governo não me-

lhorou a vida das pessoas, que "enfrentam dificuldades para ter acesso à saúde e à educação, têm baixos salários, não encontram oportunidades de trabalho, moram em ruas esburacadas, sem água ou saneamento, e ainda têm de pagar altas contas de água, telefone e energia elétrica".

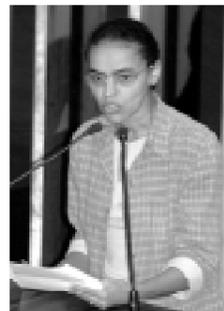
Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) discordou da afirmação de que o presidente não entende de economia. Ele lembrou que foi Fernando Henrique, quando ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, quem administrou a reforma econômica que levou ao Plano Real.

Marina Silva divulga carta sobre a violência no Pará

A senadora Marina Silva (PT-AC) divulgou ontem carta do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso com relatório denunciando a violência no Pará e exigindo que sejam tomadas medidas para impedir novos assassinatos. De acordo com a carta, só este ano houve o assassinato de oito pessoas em razão de conflitos fundiários e, de abril a agosto, 125 trabalhadores rurais foram presos.

O documento mostra ainda que, de 1971 a 2001, foram assassinados 706 trabalhadores rurais, e que ao longo destes 30 anos realizaram-se somente três julgamentos, com a condenação de apenas um mandante, um intermediário e dois pistoleiros. Os dados constam do relatório elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça e Procuradoria Federal de Defesa dos Direitos do Cidadão.

Entre as medidas sugeridas pelo fórum para conter a violência, especialmente no sul e sudeste do Pará, está a formação imediata de força-tarefa composta pela Polícia Federal, sob coordenação conjunta do Ministério Público



Marina disse que oito pessoas foram assassinadas no campo somente este ano

Federal e do Ministério Público do Pará. A força-tarefa teria como objetivo "desmantelar a rede criminosa responsável pelos assassinatos", disse a senadora.

Marina destacou o fato de que, de acordo com os dados do fórum, registra-se um maior número de desmatamentos e queimadas onde mais existem conflitos entre trabalhadores e fazendeiros. Para a senadora, isso significa que "as pessoas que desrespeitam o meio ambiente e os direitos humanos são as mesmas". Marina pediu o registro da carta e do relatório do fórum nos Anais do Senado.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que os conflitos no Pará persistem devido à omissão dos governos estadual e federal na questão e ressaltou que "o povo deve exigir uma solução do Estado".

Rocha defende cotas para negros em concurso público

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu ontem, em Plenário, a definição de cotas de 20% das vagas em concursos públicos federais, estaduais e municipais e nos cursos de formação de nível superior para os negros. Rocha, relator de projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui a cota, disse esperar pela aprovação da medida até o fim do ano, pelo Senado, e antes do início do segundo semestre de 2002 pela Câmara dos Deputados.

Sebastião Rocha lembrou que 40% dos brasileiros são de origem negra. Entre essa população, disse, encontra-se "o maior número de pobres, de excluídos e dos que não têm acesso à informação e aos níveis básico e superior de instrução". Segundo o senador, 68% dos pobres no Brasil são negros, e somente 2% deles conseguem entrar e sair da universidade com o curso concluído. Disse ainda que apenas 5% dos universitários bra-



Sebastião Rocha é relator do projeto de José Sarney que institui cotas para negros

sileiros são negros. E mais: 84% dos negros não conseguem concluir o ensino médio.

O senador lembrou ainda que, em várias regiões, "há muita confusão no que se refere ao registro da cor das pessoas". Cartórios, disse, registram pessoas negras como sendo "de cor morena". Para efeito das cotas, contudo, "o importante será a declaração da pessoa, dizendo ser de origem afro-brasileira".



Ramez Tebet afirmou que vai colaborar para que o governo federal negocie com os trabalhadores da Previdência em greve

Grevistas da Previdência Social buscam apoio para negociação

O presidente do Senado, Ramez Tebet, comprometeu-se a colaborar na busca de entendimento que permita encerrar a greve dos servidores da Previdência Social, que já dura mais de 80 dias. A informação foi prestada pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que acompanhou uma comissão de representantes do comando de greve na audiência com Tebet.

Segundo Emilia, o senador disse aos grevistas que tentará manter contatos com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant.

Na audiência, ocorrida na manhã de ontem, os servidores pediram o apoio de Tebet para a ampliação dos canais de negociação com o governo. A porta-voz do comando de greve, Júnia Gouvêa, disse ao presidente do Senado que “o governo tem condições orçamentárias para fechar um acordo aceitável” com os servidores. “No nosso entender, o que falta é apenas vontade política de propor um acordo razoável”, afirmou.

Emilia Fernandes informou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado também entrará no debate do problema e na busca de solução para o impasse.

Emilia Fernandes comemora fim da greve de servidores da UFRGS

O fim da greve dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que durou 89 dias, foi comemorado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Ela informou que os 1.500 servidores retornaram ao trabalho após terem



Emilia Fernandes informou que 1.500 servidores retornaram ao trabalho

asseguradas algumas garantias, entre as quais a incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e o pagamento dos salários nos dias parados.

Ao ler a nota oficial do comando de greve, Emilia classificou o movimento de histórico e elogiou “a firmeza com que os servidores conduziram a greve” que contou, conforme a senadora, com a solidariedade dos universitários e de toda a população.

Emilia disse esperar que a greve dos professores universitários, que ocorre em todo país, chegue ao fim. Ela criticou afirmações do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de que as universidades federais possuem dois grandes defeitos: são ineficientes e corporativistas.

— Pelo contrário, as universidades brasileiras são consideradas um modelo.

Emilia também conclamou o governo a atender as reivindicações dos servidores da Previdência Social, que se encontram parados há 80 dias. A senadora disse que as reivindicações são justas e elogiou o empenho do presidente do Senado, Ramez Tebet, que tenta abrir canal de diálogo entre o Executivo e os grevistas.

Althoff denuncia dirigente por apropriação indébita

Suspeita do relator da CPI baseia-se em contratos da Federação Paulista de Futebol com empresas pertencentes a membros da entidade

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), anunciou ontem, ao final do depoimento

do presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF), Eduardo José Farah, que vai denunciá-lo, em seu parecer, por suspeita de apropriação indébita. A denúncia será baseada nos contratos firmados pela entidade com empresas de prestação de serviços que pertencem a integrantes da federação. Em sua defesa, Farah afirmou que os contratos não contêm nenhuma ilegalidade e foram aprovados em assembleia-geral da FPF e pelo seu conselho fiscal. “Pode-se suspeitar de apropriação indébita sim”, afirmou Althoff.

O presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PDT-PR), e o relator disseram repetidas vezes não estarem convencidos das explicações dadas por Farah para contratos como o dele próprio prestando consultoria jurídica a uma empresa



Álvaro Dias, presidente da CPI, e Althoff, afirmaram não estar convencidos das explicações dadas por Farah, em seu depoimento

que, por sua vez, prestava serviços de contabilidade para a federação.

— Não nos é convincente e fica claro mais uma vez o conluio entre as pessoas que dirigem o futebol e as empresas que lhes prestam serviços — assinalou Althoff.

Álvaro afirmou que a CPI está revelando que os dirigentes do futebol não são apenas beneméritos trabalhando de graça, mas pessoas que recebem alta remuneração pelo trabalho, desde a CBF até os menores clubes, e que

isso era um fato desconhecido não apenas do Congresso, mas também da maioria da população.

O senador criticou contrato firmado entre a federação e a empresa que produz os ingressos dos jogos e que pertence a Bruno Balcinelli, membro-suplente do conselho fiscal da entidade.

— Acho que não é ético alguém que integra o conselho fiscal da entidade realizar negócios com ela. É colocar o cabrito cuidando da horta — frisou.

Fogaça elogia solução para o exame de medidas provisórias

As medidas provisórias (MPs) que tramitavam no Congresso quando da promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringiu o uso desse instituto deverão ter um tratamento próprio que leve em consideração o trabalho das comissões mistas que as analisaram. A solução apresentada pelas Mesas Diretores da Câmara e do Senado está sendo discutida no Congresso

so e recebeu ontem os elogios do senador José Fogaça (PPS-RS), relator da PEC no Senado.

De acordo com Fogaça, pela proposta de resolução do Congresso, as comissões mistas são mantidas para as MPs em tramitação antes da promulgação da emenda constitucional e as emendas apresentadas pelos parlamentares são convalidadas, com a reabertura dos prazos para novas emendas e a



Segundo Fogaça, comissões mistas serão mantidas

manutenção da validade dos pareceres já elaborados.

A exemplo do que acontece com as novas MPs, as anteriores seriam votadas separadamente em cada Casa do Congresso.

Emenda da CCJ destina R\$ 195 milhões para construção e reforma de presídios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou a apresentação de emenda ao projeto de Orçamento da União para 2002 destinando R\$ 195 milhões para a construção, ampliação, reforma e aparelhamento dos presídios brasileiros. A emenda foi apresentada pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Osmar Dias (PDT-PR), Sebastião Rocha (PDT-AP), Amir Lando (PMDB-RO), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

A segunda emenda aprovada pela CCJ foi apresentada pelo seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e destina R\$ 25,3 milhões ao Tribunal Superior Eleitoral, que aplicará o dinheiro no programa de informatização do tribunal.

Também foi aprovada emenda dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Osmar Dias que destina R\$ 87 milhões à conclusão de obras de Tribunais Regionais do Trabalho no país. A quarta proposta da CCJ ao

relator-geral do Orçamento beneficia com R\$ 52 milhões os programas de segurança pública dos municípios, a cargo do Ministério da Justiça. Ela foi apresentada pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Roberto Freire (PPS-PE).

A quinta emenda da CCJ, de autoria dos senadores Romero Jucá e Maria do Carmo Alves (PFL-SE), prevê a aplicação de R\$ 38 milhões pela Justiça Federal na implantação do seu sistema integrado de informação jurisdicional.

Estande do Senado chama a atenção de visitantes

Público da 3ª Feira do Livro de Pernambuco tem a oportunidade de conhecer as obras editadas pela Casa e o trabalho dos senadores

O estande do Senado montado na 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, no Centro de Convenções do Recife, vem atraindo a atenção dos visitantes, interessados em adquirir obras oferecidas pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações e conhecer mais sobre a Casa.

O presidente da Academia Pernambucana de Letras, Waldecy Pinto, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, por exemplo, adquiriu exemplar do recém-aprovado Estatuto da Cidade. “Muita gente não sabe que o Senado tem uma grande editora e, em termos de custo, é vantagem para quem compra”, afirmou.

Para o secretário de Turismo de Olinda, Clodoaldo Torres, que é suplente do senador Carlos Wilson (PTB-PE), a presença do Senado na feira demonstra que a Casa tem a preocupação de dar à sociedade amplo acesso às leis e a livros importantes para o pensamento nacional.

— O trabalho é fantástico, as pu-



Livros expostos são resultado do trabalho da Secretaria de Editoração e Publicações

blicações são muito boas e o preço, acessível. Acho, inclusive, que essa iniciativa de participar das feiras de livros dá uma dimensão do que vem sendo feito no Senado, mostrando para o grande público o trabalho desenvolvido em Brasília — disse Torres.

VISITA VIRTUAL

Na feira, que será encerrada domingo, o escritor estreante Igor de Lucena, 15 anos, lançou livro dedicado ao público infanto-juvenil. No estande do Senado, ele usou o CD-ROM institucional que permite visita virtual às dependências do Legislativo e apresenta os

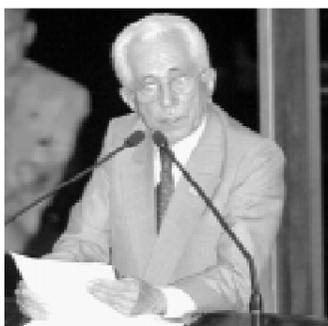
senadores e os órgãos da Casa. “Gostei do Plenário, que tem uma bandeira do Brasil, e do Salão Azul”, declarou.

José Félix, presidente da Casa de Cultura de Bom Jardim, cidade a 120 quilômetros do Recife, recebeu publicações para bibliotecas de cidades da região, como a Lei de Responsabilidade Fiscal comentada e o Manual de Obtenção de Recursos para Municípios. Ex-vereador de Bom Jardim, ele se diz fã da TV Senado, principalmente da programação cultural, captada em sua casa por meio de antena parabólica.

Nabor ressalta festivais do Teatro Amazonas

O Teatro Amazonas, localizado em Manaus, retomou o seu papel histórico dentro do cenário cultural do país, disse ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele se referia aos festivais anuais de ópera que estão sendo promovidos pelo teatro, enaltecendo a organização dos eventos. Informou ainda que a programação para o próximo ano já está definida.

Ao promover os festivais de ópera, o Teatro Amazonas, no entender do senador, não está apenas brindando “os amantes da boa música, mas abrindo uma porta para o turismo cultural bra-



Nabor Júnior: espetáculos ajudam a atrair turistas europeus e norte-americanos

sileiro”. Para Nabor Júnior, a realização de grandes espetáculos ajuda a atrair turistas da Europa e

dos Estados Unidos.

— O que o Teatro Amazonas está fazendo é mostrar o caminho. E espero que esse pioneirismo se consolide e marque uma nova página na história da arte, da cultura e da indústria do turismo.

O senador lembrou que, no primeiro semestre deste ano, o teatro realizou o V Festival Amazonas de Ópera, cuja programação começou com *La Bohème*, de Puccini, e terminou com a *Flauta Mágica*, de Mozart. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também destacou a qualidade dos espetáculos oferecidos pelo teatro.

O Senado aprovou ontem atos autorizando o funcionamento de quatro emissoras de rádios comunitárias nos municípios de Antonio João (MS), Seabra

(BA), Miguelópolis (SP) e Pedro Canário (ES). Além disso, foi renovada a concessão da TV Esplanada do Paraná, da cidade de Ponta Grossa.

Emissoras de rádio recebem autorização

Eduardo Siqueira Campos destaca 77º aniversário da Coluna Prestes

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou o 77º aniversário da Coluna Prestes, que será comemorado no próximo dia 28, lembrando as revoltas tenentistas que lhe deram origem e que “sacudiram o Brasil na década de 20”.

A Coluna Prestes, que teve origem no Levante do 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo (RS), então comandado pelo capitão Luiz Carlos Prestes, percorreu 25 mil quilômetros pelos sertões do país, durante quase três anos, lembrou o senador, enfrentando emboscadas do governo de Arthur Bernardes, que mantinha o país em estado de sítio em favor das oligarquias da Velha República.

Os episódios que envolveram os jovens tenentes, afirmou Eduar-

do, “constituem uma das páginas mais belas e significativas, de maior civismo e de doação à pátria” da história do Brasil.

Eduardo disse que lembrava o aniversário da Coluna Prestes “não apenas pela necessidade de resgatar a dignidade e o orgulho pátrio” em um momento de descrença e valores negativos, mas para registrar um fato que passou quase despercebido na mídia.

O senador informou que, por ocasião das comemorações dos 13 anos de criação do estado do Tocantins, foi inaugurado o Memorial à Coluna Prestes, integrado ao Monumento aos 18 do Forte para resgatar a saga desses “heróis esquecidos: os tenentes revolucionários da década de 20 e os heróis da Coluna Prestes”.

Lúcio Alcântara: Ciee atendeu a mais de 1 milhão de estudantes

Ao informar que o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) — agente de integração entre o meio acadêmico e o mundo empresarial — divulgou recentemente o relatório e o balanço social de suas atividades no ano 2000, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que o Ciee prestou atendimento a mais de 1 milhão de estudantes, concedeu 872 mil bolsas-auxílio e gerou 121 mil vagas de estágio. Em convênio com 48 mil empresas, o centro também preparou ou treinou para estágio 70 mil estudantes.

Funcionando há 37 anos, o Ciee, segundo Lúcio Alcântara, é hoje considerado a maior organização não-governamental (ONG) do Brasil e constitui referência nacional

na área de estágio e preparação de estudantes, identificando as melhores oportunidades nas empresas para que alunos possam passar por um processo de profissionalização.

O Ciee, acrescentou o senador, acompanha todo o processo, exigindo o cumprimento de parâmetros de qualidade e competência, aferidos junto às instituições de ensino e às empresas. Também promove o recrutamento e a seleção de estagiários e recém-formados, a partir da divulgação das oportunidades de emprego.

Lúcio Alcântara parabenizou o presidente do conselho diretor, Antônio Jacinto Caleiro Palma, e toda a equipe do Ciee pelos resultados obtidos no ano passado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Doença de Parkinson — Parte 1
6h30 — Agenda Econômica — O economista Roberto Piscitelli, vice-presidente do Conselho Regional de Economia, fala sobre a crise econômica
7h30 — Entrevista — O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, fala sobre a inovação tecnológica
8h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Votação das emendas ao orçamento
9h — Reunião do Conselho de Ética (ao vivo)

10h — Sessão Plenária (ao vivo)
14h — Reunião do Conselho de Ética
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais
Logo após — Comissão de Educação
18h — CPI do Futebol — Ouve Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol (gravado)
20h30 — Entrevista — O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos — Finep, Mauro Marcondes Rodrigues, fala sobre a inovação tecnológica
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

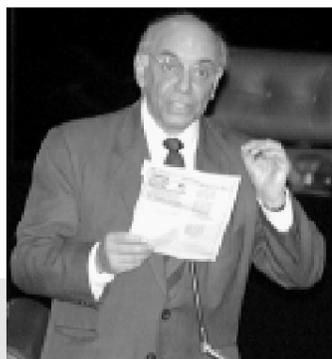
Contrato da P-36 vai passar por auditoria

Plenário aprova requerimento de Geraldo Cândido pedindo que o Tribunal de Contas da União analise documento firmado entre a Petrobras e a Companhia Marítima para construção da plataforma

Artur da Távola critica "alarmismo" da imprensa sobre racionamento de energia

Ao ler em Plenário o artigo "Do apagão mental", de autoria do jornalista Joelmir Beting e publicado na edição de ontem do jornal *O Globo*, o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), convocou o Senado a refletir sobre as "bolhas noticiosas" que costumam "aprisionar" a opinião pública. Távola baseou-se na análise de Joelmir sobre a trajetória da crise energética nacional para concluir que as notícias "do primeiro momento" muitas vezes chegam aos leitores carregadas de pânico, receio e previsões negativas, que podem não se confirmar.

No confronto da "mídia coisapreta" com a "mídia chapa-branca", Joelmir Beting fez uma reflexão so-



Távola convoca Senado a refletir sobre "bolhas noticiosas" que aprisionam opinião pública

bre a forma "alarmista" com que a imprensa tratou, entre maio e junho, a perspectiva de apagão no país. Citou manchetes das revistas

IstoÉ Dinheiro, que previa "O Brasil arrasado", e *Veja*, que creditava ao blecaute anunciado o poder de gerar "uma crise social, política e econômica como só os países em guerra enfrentam".

Ainda no artigo, o jornalista econômico reconhece que o "alarmismo" da mídia foi alimentado, por exemplo, por sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que vislumbrava redução da produção em 71% das fábricas e possíveis demissões em 63% das empresas para cumprir as metas de corte de energia. Agora, o articulista constata que, em vez de apagão, o governo está admitindo reduzir a economia de energia de 20% para 5% em algumas regiões.

Pontes condena imposição de feriados no Nordeste

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) criticou o estabelecimento de três feriados na Região Nordeste como parte do plano de racionamento de energia, elaborado pelo governo. Ele ressaltou que a medida trará prejuízos para a economia local, lembrando que os feriados, um ocorrido no último dia 22 e os outros a serem determinados para os dias 16 e 26 de novembro, foram decretados num período que já conta normalmente com outros dois feriados. O senador criticou o fato de os estados do Ceará e de Pernambuco, que cumpriram a meta de consumo no mês de setembro, não terem sido poupados da medida.

Luiz Pontes apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, e ao coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, Pedro Parente, para que a decretação de feriados seja revista.

O senador destacou, entre os prejuízos acarretados pela determinação de feriados, a queda de vendas no comércio e na produção industrial, a redução dos salários do período e a queda na arrecadação de impostos e taxas.

Para o senador, é inaceitável a atitude do governo de estabelecer feriados no momento em que o país já cumpre outras duas medidas para redução de consumo energético: o racionamento nor-



Luiz Pontes apela ao presidente da República para que reveja decretação de feriados

mal e o horário de verão.

Luiz Pontes registrou ainda o esforço das entidades empresariais do Ceará para preservar o mercado de trabalho.

Jucá: eletrificação rural avança em todo o país

O programa "Luz no Campo", de iniciativa do governo federal e executado pela Eletrobrás, deverá proporcionar energia elétrica a um milhão de propriedades e domicílios rurais de todos os pontos do país num prazo de três anos, segundo declarou o senador Romero Jucá (PSDB-RR). Pelo programa, já em execução, serão beneficiadas mais de 5 milhões de pessoas, o que o transforma "na maior iniciativa de eletrificação rural executada no planeta no último meio século", disse o senador.

O lançamento oficial do programa, acrescentou Jucá, foi em dezembro de 1999 e, no final do ano

passado, já haviam sido celebrados 43 contratos de financiamento entre a Eletrobrás e 39 concessionárias para aplicação em programas de eletrificação rural em 23 estados.

Os dados foram obtidos no Relatório Síntese da Eletrobrás, publicação anual relativa a 2000. Para Jucá, a eletrificação rural, antiga reivindicação de milhões de brasileiros, está na iminência de tornar-se uma realidade.

— Ainda em seu primeiro ano de execução, o "Luz no Campo" concretizou uma série de outras ações também importantes, como a instalação do serviço de atendi-

mento aos interessados, um *call center* com discagem direta gratuita, a elaboração dos planos estratégico e de *marketing*, bem como a edição regular de boletins informativos e a implantação e manutenção da página do programa na Internet — afirmou.

Citando dados do relatório da Eletrobrás, o senador disse que serão utilizados no programa mais de 297 mil transformadores, num total de 3,26 milhões de KVA (quilovolts-ampère) de potência a ser instalada. O programa soma ainda 196 mil quilômetros de linhas de alta tensão e 28 mil quilômetros de redes de baixa tensão.

O contrato firmado entre a Petrobras e a Companhia Marítima para construção da plataforma P-36, afundada em março, será objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O requerimento também pede a análise da atuação da empresa Brasoil como intermediária da operação.

Geraldo Cândido tem se preocupado com a possibilidade de a Petrobras não receber a indenização pelo acidente. As seguradoras responsáveis alegam que houve erros na construção da plataforma.

Em setembro, ele apresentou requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, José Jor-



ge, para saber se a Petrobras já recebeu o valor do seguro das companhias norte-americanas Fidelity e American Home Assurance. Até agora, não houve resposta ao pedido de informações.

Petroleiros querem evitar crise no abastecimento, diz senador

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem ter informações da direção do comando de greve dos petroleiros de que o movimento, iniciado no último dia 24, está atento e preocupado com o abastecimento de combustíveis à população. Além dos estoques que o governo mantém, os petroleiros estarão garantindo a distribuição de gás e demais derivados essenciais à população, disse o senador, que responsabilizou o governo pela greve.

— Enquanto a empresa projeta um lucro da ordem de R\$ 12 bilhões para este ano, os trabalhadores amargam uma perda salarial da ordem de 50% desde 1994. Frente a isso, a Petrobras oferece apenas 6% de reajuste, o que não cobre nem a inflação do último período — afirmou.

Os funcionários da Petrobras reivindicam aumento salarial com reposição da inflação do período (8,30% — ICV Dieese), reposição das perdas acumuladas no Plano Real (42,58%) e aumento por produtividade (17,41%).

Cândido também denunciou o clima de insegurança no trabalho dos petroleiros, como evidência "o grande número de acidentes".



Segundo Cândido, petroleiros estão garantindo a distribuição de gás e derivados essenciais

Segundo o senador, na última quarta-feira morreu o trabalhador Valmir Ferreira da Hora, da refinaria de Capuava, o que elevou para 101, só nos últimos três anos, o número de trabalhadores vítimas de acidente, 70 dos quais empregados de empresas terceirizadas.

Para tentar superar essa situação, Cândido disse que os grevistas defendem a participação dos sindicatos nas comissões de investigação de acidentes e a inclusão dos trabalhadores terceirizados nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas). Essas são consideradas medidas eficazes para pôr fim aos acidentes.



Geraldo Melo: decisão da OMC reconhece que Canadá concedeu subsídios indevidos à Bombardier

Geraldo Melo destaca vitória do Brasil na OMC

A vitória do Brasil em mais uma etapa do contencioso travado com o Canadá junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) foi destacada ontem pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN). A partir de denúncia formulada pela Embraer, o organismo internacional atestou a concessão de subsídios pelo governo canadense à Bombardier, concorrente da empresa brasileira no mercado de aviões de médio porte.

Segundo Geraldo Melo, a OMC comprovou o recebimento de subsídios pela Bombardier superiores a US\$ 4 bilhões. "Isso nos dá o direito de retaliar o Canadá e receber compensações." Ao analisar a vitória, o senador disse que a decisão da OMC desqualifica a tese de que os interesses dos países ricos sempre sobressaem nas disputas comerciais com o Brasil arbitradas pelo organismo internacional.

— Essa decisão também implica o reconhecimento de que o tratamento dado pelo Brasil à indústria aeronáutica é compatível com a exigência de livre competição no mercado mundial.

Meses atrás, o governo brasileiro havia sido condenado pela OMC, a partir de denúncia da Bombardier, pela concessão de subsídio de US\$ 1 bilhão à Embraer, viabilizado pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

A notificação da Embraer junto à OMC ocorreu logo após a perda, pela empresa brasileira, de concorrência internacional para a Bombardier, que forneceu 199 jatos médios a três clientes. "As vantagens oferecidas foram tão extraordinárias que a Embraer suspeitou da concessão de subsídios indevidos pelo governo canadense", afirmou Geraldo Melo.

Ministro do Meio Ambiente faz "jogo de cena", diz Osmar

O senador fez a afirmação ao comentar proposta apoiada por Sarney Filho de abater a dívida externa em troca de investimento na área ambiental

O senador Osmar Dias (PDT-PR) classificou de "jogo de cena" a defesa, pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, da proposta de os países em desenvolvimento abaterem suas dívidas externas com investimentos em projetos ambientais. Segundo o parlamentar, "o governo brasileiro não tem feito esforços para aprovar legislação que regule a utilização de recursos da biodiversidade".

O senador disse que a falta de legislação sobre o tema impede o Brasil de usufruir as compensações que países do Primeiro Mundo pagariam pelo uso da biodiversidade. Acordo firmado na Conferência Rio-92 permitiu que as nações ricas tivessem

acesso a esses recursos, desde que oferecessem, em troca, *royalties* e repasse de tecnologia.

Osmar acusou o governo brasileiro de ter sido "negligente e vaidoso" por não reconhecer a pro-

posta da senadora Marina Silva (PT-AC) que disciplina o tema. O projeto, aprovado no Senado, tramita na Câmara e, segundo o senador, está com a tramitação prejudicada pela base governista. Enquanto isso, continuou, o Executivo editou medida provisória que não respeita os direitos das comunidades locais ao patrimônio genético da biodiversidade brasileira.

— A MP é impatriótica e entrega às multinacionais os direitos sobre a biodiversidade.

Em aparte, o senador Amir Landi (PMDB-RO) disse que o discurso da proteção ambiental é muitas vezes "utilizado como encenação" para impedir o acesso dos brasileiros aos recursos naturais.



Osmar Dias: o governo não tem se esforçado para que haja no país legislação sobre biodiversidade

Para Jucá, Sarney Filho acertou ao defender proposta

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ontem que o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, acertou ao apoiar a proposta para que a dívida externa dos países em desenvolvimento tenha abatimento em troca de projetos na área ambiental. Ele informou que o tema foi debatido no Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, realizado no Rio de Janeiro.

Participaram do debate 16 ministros da área, além de representantes de 34 países da região. O



Jucá informou que o abate da dívida foi discutido por 16 ministros do Meio Ambiente

encontro é preparatório à Cúpula da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que será realizada em

2002 na África do Sul. A reunião do próximo ano avaliará as medidas que foram implementadas dez anos depois da realização da Eco-92, no Rio de Janeiro.

O ministro Sarney Filho, disse Jucá, admitiu que não há entendimento comum sobre o tema, "mas há um sentimento forte a favor da proposta".

Jucá pediu a transcrição nos Anais do Senado de reportagens publicadas, terça-feira, pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* sobre o assunto.

Tião Viana quer discutir em Plenário reprodução assistida

O senador Tião Viana (PT-AC) informou ontem que apresentou requerimento solicitando que seja apreciado pelo Plenário projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) referente à reprodução assistida. A matéria seria votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas a polêmica e a complexidade que envolvem o tema, disse Viana, justificam a ampliação do debate.

Relator do projeto na CAS, Tião

Viana pretende apresentar substitutivo à proposta, já aprovada com modificações pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ao romper com aspectos tradicionais da relação familiar, como a procriação baseada no ato sexual, a matéria, disse, precisa de "reflexão serena".

— Muitas crianças vêm sendo geradas em laboratório, passando apenas a ter o desenvolvimento no



Para Tião Viana, polêmica do tema justifica ampliar o debate

ambiente intra-uterino, disse.

Entre os aspectos controversos envolvidos na reprodução assistida, destacam-se a redução embrionária, o direito de utilizar embriões em pesquisas científicas na área médica, a doação de sêmen e a permissão à "barriga de aluguel".



Maria do Carmo ressaltou as inovações que as mudanças trarão para a mulher e a família

Maria do Carmo aponta avanços do novo Código Civil

Defensora da vigência imediata das mudanças no Código Civil, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ressaltou as inovações que o novo texto trará para as mulheres e a família. Entre as mudanças apontadas pela parlamentar está a que amplia o conceito legal de casamento. A nova redação ampara composições familiares formadas tanto pelo casamento civil como pelo religioso, além das uniões estáveis.

A senadora também destacou as modificações na maioria civil, que passa de 21 para 18 anos, e na emancipação, que se dará aos 16, e não mais aos 18 anos, "permitindo aos jovens iniciarem mais cedo suas atividades profissionais e empresariais".

Maria do Carmo destacou o fato de o novo código levar em conta a igualdade de direitos entre homens e mulheres, já assegurada pela Constituição e que vinha sendo consolidada pela jurisprudência. Ela ressaltou que o pátrio poder, por exemplo, evolui para o poder familiar, que "é exercido em harmonia, por entendimento de ambos os pais". Além disso, em caso de separação de um casal, a guarda dos filhos fica com quem tiver melhores condições de cuidar deles.

A senadora ressaltou também, no novo código, a inclusão da expressão "conduta desonrosa", como motivação para a separação do casal, podendo ser aplicada tanto à mulher quanto ao homem.

Maria do Carmo louvou o fato de o novo Código Civil, nos 30 anos de tramitação, ter incorporado inovações resultantes da evolução da sociedade. Já aprovado pelo Senado, o projeto aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Sebastião Rocha e Lúdio Coelho